

O QUE A IMPRENSA TEM A DIZER DA IGREJA: A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL (1969-1979)

William Henrique Nacif Vieira¹

RESUMO:

Este Artigo pretende desenvolver um estudo acerca de como o Jornal do Brasil, produzido no Rio de Janeiro, contribuiu para a construção de memória da Teologia da Libertação no período entre 1969 à 1979 nos Governos de Emilio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, ambos inseridos na Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985). Procuramos analisar como O JB referia-se à divulgação das ideias da Teologia da Libertação, contrária ao Governo, e como ocorreu o debate entre Ala conservadora e a Ala progressista da Igreja Católica no Brasil, tendo como palco: O Jornal do Brasil.

PALAVRA CHAVE: *Teologia da Libertação, ditadura, igreja, imprensa, memória.*

ABSTRACT:

This article intends to develop a study about how Jornal do Brasil, published in Rio de Janeiro, contributed to the construction of memory of Liberation Theology, from 1969 to 1979, in the Emilio Garrastazu Medici and Ernesto Geisel Governments included in the Civil Military Dictatorship Brazil (1964-1985). We sought to analyze how JB referred to the dissemination of the Liberation ideas of Theology, contrary to the Government, and how the debate between conservative Ala and the Progressive Wing of the Catholic Church in Brazil took place, with the stage: Jornal do Brasil.

KEYWORD: *Liberation Theology, dictatorship, church, press, memory.*

¹Graduando em História, pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC), williamnacifvieira@gmail.com

Introdução

No período da Ditadura Civil Militar no Brasil, a Teologia da Libertação entrou em cena, tendo a gênese de suas ideias no Concílio Vaticano II (1962-1965), sendo organizadas na segunda conferência episcopal de Medellín² e se propagando pela América Latina na segunda metade do século XX.

A Teologia da Libertação possuía uma filosofia contrária ao Governo Vigente no Brasil; com isso, suas ideias influenciaram diversos grupos a se organizarem em forma de resistência, vividas na prática dentro dos Centros Eclesiais de bases (CEBs), proporcionando, em determinadas paróquias, uma maior participação popular.

A TL defendia, segundo Leonardo Boff, precursor da mesma no Brasil, que deveria haver uma libertação completa dos problemas causados pelos governos autoritários e excludentes, ou seja, uma libertação também política, social e econômica. Ela nasceu da necessidade de buscar uma solução para as mazelas que vivia o povo na América Latina.

Contudo, é válido ressaltar que a Teologia da Libertação se desenvolveu de diferentes formas, de acordo com a necessidade e a realidade de cada País (SILVA, 2006, p.34). O Artigo procura abordar o processo da Teologia da Libertação no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, de 1969 á 1979, dentro dos governos ditatoriais de Emilio Garrastazu Médici (1969- 1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), a partir de uma fonte privilegiada: a Imprensa.

O estudo sobre a imprensa cresceu muito nos últimos anos, e utilizá-la como fonte tem sido cada vez mais contundente para elucidar algumas questões, tendo em vista sempre os cuidados necessário para abordá-la (BARBOSA, 2007). A Imprensa não é neutra, e está sempre a serviço de um grupo de pessoas ou, no dizer marxista, de uma determinada Classe.

Diante disso, em um contexto de ditadura, o processo de censura era muito forte, fazendo com que a chamada grande imprensa atuasse em favor do governo. Como afirma

² A conferência foi convocada pelo Papa Paulo VI em 1968 para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II.

Maria Helena Rolim Capelato: “Os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande Imprensa (a empresarial), o murmúrio da “Vox populi” (voz do povo) ecoa longínquo, enquanto ressoa forte a “Vox domini” (voz dos dominantes.)” (CAPELATO, 1998, p.18)

Com isso, tomaremos como fonte o *Jornal do Brasil*, produzido no Rio de Janeiro. Analisando as edições ao longo da Década de 1970, é possível notar sua contribuição no processo de construção da memória³ que se tem da Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação teve uma influência teórica de análises de cunho marxista (LOWY, 1991, p.94). Inserida em um ambiente onde qualquer ideia associada ao comunismo era combatida, houve grande rejeição por parte da ala conservadora dentro da igreja.

Veremos ao longo deste trabalho que o debate sobre a Teologia da Libertação durante a década de 1970 foi árduo. Como defende o Historiador Sandro Ramon Ferreira, aconteceu, na Igreja Católica, uma metamorfose que explica o quanto a Igreja estava dividida no período ditatorial brasileiro

O objetivo do artigo é analisar como a imprensa é capaz de contribuir para a legitimação ou depreciação de movimentos, correntes e ideias, demonstrando também a mesma como importante lugar de memória.

1. Os primeiros anos da teologia da libertação

A década de 1960 trouxe para a Igreja muitos questionamentos sobre seu papel no mundo, e o Concílio Vaticano II buscou refletir sobre tais questionamentos e encontrar soluções. A Igreja tomou, naquele momento, um novo rumo, buscando contar mais com a participação popular. Paulo Cesar Gomes afirma que:

Mas foi o Concílio Vaticano II (1962-1965) que pôs a questão da justiça social e dos direitos humanos em primeiro plano. Esse concílio foi, certamente, uma das mais amplas reformas da história da Igreja. Em linhas gerais, nele se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sociopolítico-econômica, valorizou-se o diálogo

³ Trabalharemos com os conceitos de memória em Jacques Le Goff e Michael Pollak

ecumênico, atribuíram-se maiores responsabilidades aos leigos e, assim, destacou-se a necessidade de a Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade. Os líderes eclesiais perceberam a urgência de se abrir ao mundo para consolidar seus interesses institucionais. (GOMES, 2014, p. 37)

Entretanto, a Igreja estava dividida. Paulo Cesar Gomes abordou a divisão que havia entre bispos considerados progressistas e bispos conservadores. Sandro Ramon Ferreira considerou essa divisão na Igreja como uma “metamorfose”. Com efeito, em meados da década de 1960, uma boa parcela do episcopado tinha receio que o comunismo avançasse no Brasil. Com isso, é possível afirmar que a Igreja, em sua predominância, apoiou a instauração da ditadura civil militar. Segundo Reis Filho:

A Idéia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu assombrava as consciências trabalhadas há décadas por meticulosa e persuasiva propaganda contra a ameaça vermelha financiada pelo ouro de Moscou. (REIS FILHO, 2014, p 38)

Num contexto de ditadura, a Igreja continuou percorrendo seu caminho de renovação. Sandro Ramon Ferreira da Silva afirma, sobre a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellin, organizado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), que:

[...] Este encontro, realizado na Colômbia, para discutir os problemas da Igreja e do homem latino-americano frente aos desafios dos tempos atuais, foi berço do movimento teológico no continente e seu grande legitimador durante décadas, ao mesmo tempo em que o próprio encontro foi altamente influenciado pela mesma TL. (SILVA, 2006, p.37)

O pesquisador afirma ainda que a TL se desenvolveu de diferentes formas na América Latina, de acordo com a especificidade de cada País. No Brasil, seu precursor foi o teólogo Leonardo Boff, e a primeira obra sobre Teologia da Libertação publicada no Brasil foi o livro Jesus Cristo Libertador, no qual Boff começou a desenvolver as primeiras ideias da TL, explicando sua teoria, suas defesas.

É importante destacar que, na prática, a Teologia da Libertação se desenvolveu dentro das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Frei Betto define as CEBs como “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos ou bispos”. E aprofunda o conceito explicando:

São comunidades porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertencem à mesma Igreja, e moram na mesma região. [...] São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade da fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, por operários, subempregados, aposentados, jovens, empregados, setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. (BETTO, 1985, p.17)

As CEBs permitiram uma maior participação popular dentro da Igreja em um contexto de ditadura no Brasil. Os membros dessas comunidades de base participaram ativamente no processo de oposição popular. Muitos sendo presos e torturados.

Dentro das CEBs, a TL se processava em três momentos: ver, julgar e agir. Utilizando termos mais técnicos: “fala-se nas três mediações principais: mediação sócio-analítica, mediação hermenêutica e mediação prática” (BOFF e Boff, 2001, p.44).

Em primeiro lugar, olha-se para os problemas do indivíduo; em segundo lugar, julga-se a vontade divina para a situação; e em terceiro lugar, busca-se a ação para mudar de alguma forma as circunstâncias dos problemas vividos pelos católicos participantes dos encontros nas CEBs.

Mairon Escoari Valério analisa, de forma diferente, a relação entre a Teologia da Libertação e as CEBs. O autor defende que: “criadas pela hierarquia e submetidas a um controle mais estreito, as CEBs não representam uma reorganização da Igreja de baixo para cima, mas a organização das camadas populares pela Igreja, de cima para baixo” (VALÉRIO, 2012, p.169). Segundo o autor, os principais defensores da TL, em sua criação, ocupavam altos cargos dentro da Igreja. Ele afirma que “os encontros realizados pelo CELAM é a máxima expressão disso e mostram que a mais alta instância episcopal na América Latina estimulou essa produção teológica” (VALÉRIO, 2012, p.174). Com isso, Valério chega à seguinte conclusão:

O fato de estes Bispos Teólogos ocuparem posições tão significativas no CELAM indica que a Teologia da Libertação como corpo de reflexões e textos que buscavam legitimar a radicalização do Catolicismo social, ou, a esquerda católica nasceu no centro da instituição, não em sua periferia como o Catolicismo da Libertação por exemplo, e encontrou motivação hierárquica de cima para baixo. (VALÉRIO, 2012, p.178)

Contudo, a partir das leituras feitas, é possível perceber que a TL não surgiu de cima para baixo, mas sim de baixo para cima, devido às perseguições e críticas que sofreu,

principalmente ao longo da década de 1970. A Igreja estava dividida (GOMES, 2014, p.20). De um lado, os chamados bispos progressistas; do outro, os bispos conservadores. Segundo Scott Mainwaring, o conceito mais correto a ser utilizado naquele período era o de “modelos de Igreja” (MAINWARING, 1989, p.18).

O começo da ditadura militar no Brasil, em 1964, foi apoiado por boa parte do Clero. Entretanto, com o avanço dos grupos considerados leigos dentro da Igreja, isto é, com uma maior participação popular, em um momento de renovação e reflexão dentro da Igreja, foi ocorrendo uma mudança de posicionamento por parte da Igreja Católica no Brasil. Segundo Mainwaring: “Além disso, foram ações e posições desenvolvidas por grupos leigos e pelos agentes pastorais na base que, de modo geral, após o golpe de 1964, motivaram a repressão contra a Igreja. Essa repressão foi um fator chave na transformação da instituição” (MAINWARING, 1989, p.28).

É importante destacar que outros fatores contribuíram para a mudança de posicionamento por parte da Igreja no período da ditatorial. Dentre eles, a criação do AI-5, em 1968, que tornou a repressão mais visível e severa naquele período.

Ao empunhar a bandeira dos direitos sociais e humanos, o catolicismo entra num confronto direto com o Estado, principalmente depois da publicação do Ato Institucional n. 5(AI-5). Com esse “golpe dentro do golpe”, o Congresso foi fechado, a liberdade civil e de imprensa, eliminadas. (DELGADO E FERREIRA, 2017, p.117.

A ala mais conservadora da Igreja Católica no Brasil tinha certo receio em relação às ideias da Teologia da Libertação por sua relação com o Marxismo. Michael Lowy faz um estudo desta relação e defende que:

Alguns teólogos latino-americanos (influenciados por Althusser) se referem ao marxismo simplesmente como uma (ou a) ciência social, que se utiliza, de modo estritamente instrumental, para melhor compreender a realidade latino americana. (LOWY, 1991, p.94)

O pesquisador ainda afirma que “o marxismo aparece aos olhos dos teólogos da libertação como a explicação mais sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza, e como a única proposição suficientemente radical para sua abolição” (LOWY, 1991, p.95).

Assim, a memória que se construiu da TL foi um lugar de muito embate. Os diferentes “modelos de Igreja” existentes naquele período contribuíam para um clima de

tensão em torno do Clero na década de 1970. Nas páginas do Jornal do Brasil, não foi diferente.

2. A teologia da libertação nas páginas do Jornal do Brasil

A Teologia da Libertação teve sua primeira aparição no Jornal do Brasil em 1971, sendo associada a uma Teologia da “revolução”, algo não incomum nas primeiras matérias a seu respeito.

O Papa criticou a chamada “teologia da revolução”, por considerar que ela apresenta Cristo como um elemento radical, favorável à subversão da ordem temporal e das instituições jurídicas, afirmou um porta-voz. Quanto à “teologia da libertação”, postula que a subversão da ordem temporal das instituições jurídicas é uma responsabilidade cristã. (JB, 12/01/1971, p.8)

É importante destacar, que por ser uma Teologia ainda recente no começo da década de 1970, a Teologia da Libertação foi ganhando seu espaço dentro das páginas do Jornal do Brasil gradativamente.

Com isso, em 1972, foi citada ainda de forma discreta. Todavia, é possível observar que as matérias publicadas que reconheciam a importância da TL eram pequenas e isoladas:

A “teologia da libertação” difundida na América Latina pelos teólogos e padres “revolucionários”, acredita na participação da Igreja nos problemas políticos do mundo, e entende que, assim como Deus libertou uma vez seu povo de um faraó tirânico, a Igreja atual pode salvar a humanidade das estruturas opressivas” em que vive. (JB, 19/05/1972, p.12)

Em contrapartida, para se referir à Teologia da libertação de forma negativa, as matérias eram maiores e em sequência, criticando seu caráter revolucionário e uma possível “redução da fé ao econômico e social” na forma de fazer Teologia.

[...] A teologia da libertação que se reduz ao puro econômico social, não é teologia, mas sociologia e leva ao desvirtuamento da Fé e a profanação da mensagem de Cristo. [...] O problema surge quando a teologia deixa de ser ciência de Deus e começa simplesmente a encobrir temas políticos com um vocabulário teológico, intencional e habilmente escolhido. (JB, 17/06/1972, p.6)

O CELAM contribuiu muito para a “metamorfose” que houve dentro da Igreja Católica no Brasil. Em 12 de novembro de 1972, o JB publicou uma matéria com o seguinte título: “D. Avelar vê CELAM na problemática da América latina.” Na matéria citada, a visão de D. Avelar foi exposta:

[...] O CELAM é e deseja ser “instrumento de animação da consciência da Igreja latino-americana, uma projeção consciente da renovação eclesial de acordo com o Concílio Vaticano II. Uma auscultação dos sentimentos e das tendências e das experiências das varias comunidades que integram a América Latina, um criador de oportunidades para a pesquisa de nossa realidade sócio-econômica, dentro da qual se encontra o traço religioso do povo e de suas aparições; um promotor de encontros de várias categorias; uns de natureza pastoral ordinária; outros, de natureza pastoral extraordinária. (JB, 12/11/1972, p.4)

Já sobre a relação da TL com uma possível teologia da revolução, Dom Avelar analisou a TL como consequência de um fracasso da teologia da revolução. Segundo o Bispo:

O caráter de ambiguidade com que surgiu a Teologia da Revolução (“ora traduzindo o conceito de revolução social, mitigada, isto é, transformação da sociedade rural para a sociedade pré-industrial e industrial, com todas as suas conseqüências, ora insinuando a necessidade, em face da estratificação das estruturas sociais, da imposição afinal de um método mais agressivo de comportamento”) fez com que ela fosse ficando ultrapassada, dando lugar a Teologia da Libertação. Esta última, para Dom Avelar, “tem inspiração bíblica, sem a menor sombra de dúvida” (JB, 12/11/1972, p.4).

Em vista disso, duas matérias ilustram bem a visão crítica do JB acerca da Teologia da Libertação. A primeira foi no dia 19 de novembro de 1972, com o seguinte título: “Estudante afirma que foi induzida a falar de violências no Brasil.” O Jornal do Brasil introduz a matéria da seguinte forma:

Uma estudante brasileira da Universidade de Louvain, na Bélgica, foi induzida pelo professor, o padre Jacques Van Nieuvenhove, a introduzir sua tese – sobre a Teologia da Libertação. – um capítulo a respeito da existência de torturas no Brasil, como mecanismo de repressão política. A brasileira Judite Fasolni Zanatta, ex-secretária do Bispo Auxiliar de Pelotas, recebeu do padre van Nieuvenhove, o estímulo, as indicações e o material para completar a sua tese: artigos e livros de Márcio Moreira Alves, de Miguel Arrais e exemplares da revista Croissance des Jeunes Nations, mantida por uma organização esquerdista internacional (JB, 19/11/1972, p.49).

A matéria se desenvolveu, contando com a afirmação da estudante, que teria sido obrigada, a partir do momento que optou pesquisar sobre a TL, a falar de uma realidade social, política e econômica vivida no Brasil, da qual ela tinha desconhecimento, devido ao fato de estar afastada do Brasil a dois anos. O JB, portanto, apresentou uma visão de cunho negativa, pois qualquer ideia que se relacionasse a movimentos “esquerdistas” poderia ser rejeitada e depreciada naquele período.

Nas páginas do Jornal do Brasil, a Teologia da Libertação continuou nos primeiros anos aparecendo de forma pontual. Em predominância, havia uma vontade de se entender o que seria esta nova Teologia. Seu caráter era reformista ou revolucionário? A perspectiva que O JB apresentava sobre as vontades do Clero era a de que eles preferiam que a Igreja tomasse um rumo reformista. Em uma matéria, em 27 de outubro de 1974, afirmava:

O próprio Papa Paulo VI quatro anos antes, denunciara a primazia da propriedade privada e admitira que uma “tirania evidente e prolongada” poderia conduzir a “uma insurreição revolucionária”. Mas de modo geral, o Papa rejeitou a violência e, na América Latina, a maioria da hierarquia católica reconheceu que “o continente deve mostrar sua vocação cristã em seus programas de renovação social”, não aceitando “ a teologia da libertação”. (JB, 27/09/1974, p.11)

Outra matéria foi publicada em 3 de novembro de 1974, cujo título era: “Uma Igreja afinada com o nosso tempo”. A matéria discorria sobre o IV Sínodo dos Bispos, convocado pelo Papa Paulo IV, para debater algumas questões, de uma crise que a Igreja estava passando desde o Concílio vaticano II, e a indefinição de sua posição no mundo.

Contudo, o que pretendemos destacar nessa matéria é a dicotomia encontrada no texto, quando se questiona que: “Este Sínodo não teria sido mais uma prova de que o papa se encontra enfermo e sem capacidade de comando, como declaram tantos, a ponto de ser apenas conduzido e dever entregar, quanto antes, o seu posto a novo dirigente?” (JB, 03/11/1974, p.4).

Todavia, ao decorrer da matéria, afirmou-se que a libertação não pode se limitar apenas ao econômico, social e político, o que foi uma das principais críticas às ideias da TL. Com isso, a visão acerca de um Papa enfermo foi alterada:

Finalizando, registramos, como entusiasmo, o discurso do Santo Padre que, diga-se de passagem, está em pleno gozo de saúde, discurso que resume os principais temas do Sínodo, relacionados com a evangelização, e na qual oferece a Igreja algumas lúcidas orientações teológico-pastorais que

deverão ser oportunamente desenvolvidas. (JB, 03/11/1974, p.4.)

Como pode o Papa ser retratado como “enfermo e sem capacidade de comando”, e na mesma matéria afirmarem que o Papa “está em pleno gozo de saúde”? Isso se explica devido à análise que, quando o Papa adere ideias de cunho progressista, ele é criticado; todavia, quando apoia as ideias conservadoras, é tratado com mais prestígio.

De fato, as primeiras aparições da Teologia da Libertação nas páginas do JB procuravam compreender se essa nova Teologia tinha caráter reformista ou revolucionário.

Não se pode separar os caminhos que a Teologia da Libertação percorreu nas páginas do Jornal do Brasil do contexto ditatorial vivido naquele período. Ampliados ainda mais com a instauração do AI-5, em 1968, que trouxe para a imprensa um regime severo de censura. O governo, no começo da década de 1970, era o de Emílio Garrastazu Médici (1969-1973).

Portanto, o JB foi um lugar privilegiado para a análise da trajetória da Teologia da Libertação. Segundo as pesquisadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca: “não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país” (MARTINS, 2015, p.8). É interessante observar que, se chegasse a uma conclusão de que a TL era de perspectiva revolucionária, era logo colocada em evidência diversas matérias criticando a mesma. Sobre construir a história da imprensa, a pesquisadora Marialva Barbosa afirma:

Construir história da imprensa, é pois, fazer o mesmo movimento da “escrita da história”. É perceber a história como processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política (BARBOSA, 2007, p.15).

Ainda segundo a pesquisadora:

A capacidade de tornar explícito, público, visível, e oficial aquilo que poderia permanecer como experiência individual, representa considerável poder, constituindo dessa forma o senso comum, o consenso explícito do próprio grupo. E na luta pela imposição de uma visão legítima do mundo social, os jornalistas detêm poder proporcional ao seu capital, isto é, na razão direta ao reconhecimento que recebem do próprio grupo e do público. Se, além dessas relações explícitas, ainda considerarmos a língua não apenas como código, mas como sistema simbólico, a inter-relação entre a produção do discurso e a questão teórica do poder ainda é mais evidente (BARBOSA,

2007, p.152).

Assim, é possível perceber como a imprensa está ligada às relações de poder. Os jornais, ao informarem algo, produzem um sentido para o discurso, e esse discurso está inserido em uma lógica de poder, referente aos embates os diversos grupos da sociedade.

Tendo em vista, que o Governo rejeitava qualquer ideia contrária a sua atuação, é possível observar que nos anos iniciais em que surgiu a Teologia da Libertação, o Jornal do Brasil contribuiu para depreciar a Teologia da Libertação.

Contudo, é válido lembrar que a Igreja, em sua maior parte, havia mudado seu posicionamento em relação à ditadura civil militar no Brasil, e a Teologia da Libertação contribuiu como forma de resistência intelectual nos anos de chumbo. Sobre a contribuição da TL no processo de oposição ao governo:

A teologia da Libertação foi fundamental no processo de conscientização das populações marginalizadas, os teólogos da libertação, ao apoiarem as populações carentes, possibilitaram que estas se organizassem através de formas “alternativas” de protestos e reivindicações, lutando por melhores condições de vida, alterando sutilmente as mais duras formas de censura e repressão impostas pela ditadura. (FABER, GOULART e SANTOS, 2009, p.205)

Com isso, ao longo da década de 1970, a Teologia da Libertação começou a ser muito debatida nas páginas do Jornal do Brasil, abrindo espaço para as duas formas de análise: a progressista e a conservadora. Tendo como destaque um dos principais defensores dentro do ambiente da imprensa carioca, o Jornalista Tristão Athayde. Os caminhos que a Igreja tomaria ganhou destaque na segunda metade da década de 1970. Qual caminho a Igreja iria tomar? Seria esta nova Teologia uma teologia da Libertação ou do Marxismo? Esse debate começou a ficar cada vez mais intenso.

3. Teologia da libertação ou do marxismo?

O presidente Ernesto Geisel chegou ao poder em 1974, “sinalizando a possibilidade de uma abertura política controlada” (GOMES, 2014, p.71). Todavia, segundo Mainwaring:

A relação Igreja-Estado manteve-se conflituosa entre 1974 e 1978. Enquanto corpo coletivo, os bispos se tornaram mais críticos em relação ao governo, e organizações católicas de base continuaram a entrar em conflito com o Estado. Elementos militares gradualmente passaram a enxergar a Igreja como um dos principais inimigos da nação. (MAINWARING, 1989, p.178)

A relação Igreja-Estado manteve-se conflituosa entre 1974 e 1978. Enquanto corpo coletivo, os bispos se tornaram mais críticos em relação ao governo, e organizações católicas de base continuaram a entrar em conflito com o Estado. Elementos militares gradualmente passaram a enxergar a Igreja como um dos principais inimigos da nação. (MAINWARING, 1989, p.178).

Com isso, em 1975, a Teologia da Libertação foi citada somente uma vez nas páginas do Jornal do Brasil, cujo título era: “Teologia da Libertação, um objetivo, pensar nossa fé”. Apesar de ressaltar seu cunho político, característica que normalmente se utilizava para criticá-la, buscou-se uma reflexão dando credibilidade ao Gustavo Gutierrez, um dos formuladores da Teologia da Libertação. Segundo a matéria publicada, ele é um “teólogo bem formadíssimo” e tratar a TL “exige do cristão consciente uma radical atitude crítica e uma lúcida e corajosa afirmação de sua fé”. (JB, 19/04/1975, p.4). Além disso, de acordo com a matéria:

[...] trata-se de nos deixarmos julgar pela palavra do Senhor, de pensar nossa fé, tornar mais pleno nosso amor e dar razão de nossa esperança a partir de um compromisso que se quer mais radical, total e eficaz. Trata-se de retomar os grandes temas da vida cristã na radical mudança de perspectiva e dentro da nova problemática levantada por esse compromisso. Isto é o que busca a chamada teologia da libertação. (JB, 19/04/1975, p.4)

Sendo a única matéria sobre a TL naquele ano, é interessante analisar que esse silêncio em relação a TL não é por acaso. Segundo Jacques Le Goff, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2013, p.435).

Com base nisso, as primeiras impressões acerca desse silêncio sugerem que, em um momento de ditadura, a censura, no que se refere a temas com ideias contrárias ao Governo, fez com que se deixasse a Teologia da Libertação de lado naquele ano.

Entretanto, com a entrada da segunda metade da década de 1970, a Teologia da Libertação voltou a ter espaço dentro das páginas do JB, e o debate a seu respeito foi ganhando destaque. Em 1976, nas matérias publicadas, destacava-se o caráter radical da TL e do Concílio vaticano II, e isso era uma das características, como já destacado, que incomodava a ala conservadora da Igreja. (JB, 31/08/1976, p.10)

Além disso, é possível observar a persistência na crítica que se fazia da TL, afirmando que ela, da forma que estava sendo promovida, principalmente por sua relação com as ideias marxistas, reduzia a fé em um aspecto político, econômico, e social. Assim, na matéria publicada, no dia 18 de janeiro de 1977, ao dar voz a um dos intelectuais católicos atuantes naquele período, Dom Vicente Scherer, afirmando que:

Boa parte dos que assim entendem, falam e escrevem, voltam-se confiantes para o marxismo, e adotam parte de sua filosofia e sua análise crítica da História, essencialmente materialistas, do que oferece inequívoco e lamentável exemplo o Movimento dos Cristãos para o Socialismo.” Acrescentou que “esses grupos colocam-se fora da Igreja e em oposição à clara doutrina do evangelho. Este esvaziamento da mensagem cristã a reduz a alguns valores culturais e discutidas ideologias sócio-econômicas, iguais a outras muitas do tempo passado e presente. (JB, 18/01/1977, p.13)

É interessante observar que, na segunda metade da década 1970, as críticas acerca da Teologia da Libertação tornaram-se mais recorrentes, e tiveram destaque nas matérias do *Jornal do Brasil*. Isso ocorreu devido à intensificação do debate acerca da TL dentro do Episcopado Católico. Termos como “aventura ideológica” apareceram com certa frequência ao longo daqueles anos. Como afirma a matéria publicada no dia 10 de abril de 1977:

[...] Outro absurdo, continuou o Arcebispo de Uberaba, “a tal Teologia da Libertação, criada pelos padres do Terceiro Mundo para deturpar a doutrina milenar da Igreja”. Segundo Dom José Pedro Costa, com as modificações que os padres e bispos progressistas querem realizar, prevê-se para a doutrina da Igreja a mudança de conceito de pecado original e até mesmo a reformulação do dogma da virgindade de Nossa Senhora. “Isso, para mim, é uma aventura ideológica. É pura heresia”, afirmou (JB, 10/04/1977, p.17).

Outra matéria de tom crítico e depreciador foi publicada em abril de 1977, reproduzindo uma carta de D. Geraldo Sigaud, Bispo católico, que afirmou:

Ao dar minha entrevista à imprensa, queria despertar o clero, o Episcopado, o povo brasileiro e o nosso Governo para este grave problema. Queria chamar a atenção da Santa Sé sobre o gravíssimo desvio da doutrina católica que representa a Teologia da Libertação (JB, 11/05/1977, p.17).

O *JB* também abriu espaço para a posição de defesa da TL:

Padre Ricardo afirmou que, ao contrário do resto do mundo, na América Latina, todos concordam em que se pode falar de Deus, “tanto os que querem como os que não querem a libertação do povo”. Segundo ele, existem entretanto “duas formas distintas da fé ao ler o Evangelho e os documentos que expõem a doutrina social da Igreja.”. E quanto àqueles que não distinguem a Teologia da Libertação da Teologia da Revolução, o Padre os coloca simplesmente na categoria de “ignorantes”. Na base da Teologia da

Libertação [...] está a preocupação de ajudar o homem a libertar-se não só do pecado da ignorância religiosa e da miséria, como das injustiças sociais (JB, 19/08/1977, p.12).

Contudo, a maior parte das matérias permanecia com tons de crítica à TL, como escreveu a matéria do dia 12 de setembro, afirmando que, “uma comissão especial do Vaticano aconselhou os representantes da Igreja a advertirem os fiéis para a chamada teologia da libertação e a luta de classes” (JB, 12/09/1977, p.8).

Foram muitas as publicações com esse intuito. No dia 27 de setembro de 1977, com o título: “D Vicente Scherer adverte sobre movimento cristão de princípios marxistas”. O JB relata:

[...] O Cardeal Vicente Scherer contestou ontem a chamada teologia da libertação, que de teologia pouco ou nada conserva, não conduz à libertação de nenhuma espécie e se volta confessadamente ao marxismo, uma das formas mais hediondas e cruéis de servidão e opressão universal que já existiram” (JB, 27/09/1977, p.15).

Portanto, com o destaque que a Teologia da Libertação passou a ter nas páginas do *Jornal do Brasil*, o debate entre bispos conservadores e bispos progressistas se deu a partir do questionamento sobre os caminhos que a Igreja tomou após Medellín.

Com isso, uma nova conferência para debater o rumo que a Igreja iria tomar, e conseqüentemente a Teologia da Libertação, era algo já aguardado, como exposto numa matéria dia 14 de outubro de 1977:

Cidade do Vaticano – A Igreja Latino-Americana está preparando uma revisão da “teologia da libertação, pois quer superar certas formas de radicalização, com a apresentação de uma nova síntese pastoral”, afirmou ontem entrevista à imprensa, o Bispo colombiano Alfonso Lopez Trujillo, secretário-geral da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), ressaltando, contudo, “que isso não quer dizer que se pretendia retroceder das decisões de Medellín”, adotadas em 1968. Acrescentou que a Igreja Latino-Americana se nega “a ser manipulada por motivações políticas”, frisando que a defesa dos direitos humanos humanos pelo Episcopado Latino-Americano “não obedece as razões políticas ou oportunistas, mas sim por ser o homem a imagem de Deus: este é o centro de nosso interesse”. Para o prelado colombiano “a libertação cristã não significa numa libertação politizante”. (JB, 14/10/1977, p.13)

Assim, uma nova conferência foi marcada, inicialmente para outubro de 1978, em Puebla, no México, mas que só se realizaria realmente no começo de 1979. O debate começou a se intensificar ainda mais, e merece destaque um jornalista, um dos únicos que

se pronunciou a favor da Teologia da Libertação: Tristão de Athayde.⁴

Athayde se pronunciou algumas vezes acerca do debate sobre a TL, em uma delas, ele afirmou:

O empenho histórico para a promoção do homem é uma parte intrigante da evangelização. Este é o ponto mais positivo da teologia da libertação, que, porém, está também, em fase de desenvolvimento e aprofundamento. E por isso, por outro lado, o que os integralistas e conservadores em geral não conseguem entender, porque estão verdadeiramente fora da História. Não entendem o Concílio. Não entendem o nosso tempo”. (JB, 30/03/1978, p.11)

Além disso, Athayde demonstrou diversas vezes sua preocupação com a conferência em Puebla que estava por vir. Na mesma matéria, refletiu:

Essa é a situação atual da Igreja na América Latina. Ou ela realmente se abre para uma vida nova, no sentido daquilo que João XXIII chamou de como um “sinal dos tempos”, isto é, a “promoção humana das classes trabalhadoras” ou preparará o seu fracasso em enfrentar o maior problema social do século XX. Como disse esse jesuíta boliviano no final de sua entrevista: “ A Igreja só estará exorbitando de sua missão espiritual quando pretendesse um partidarismo político ou buscasse uma militância política, mas não quando defende a justiça e os pobres ou quando denuncia as violações dos direitos humanos” (JB 12-2-78). Palavras de ouro que oxalá repercutam na mente dos futuros participantes do CELAM, no México (JB, 30/03/1978, p.11).

Com isso, abriu-se espaço para o embate de ideias. De um lado, os “defensores de Medellín”, e do outro os “críticos de Medellín”. Apesar de, na maior parte das vezes, destacar-se a visão dos últimos, os “defensores de Medellín” também conseguiram ter espaço, principalmente a partir do Tristão de Athayde.

Contudo, quem decidiria esse conflito seria o Papa João Paulo II, e em cima dele se criou grande expectativa de qual seria sua posição. Em dezembro de 1978, o JB publicou um artigo:

Para o teólogo mexicano Luiz Del Valle, “a teologia da libertação surgiu porque havia movimentos populares que causaram impacto nos pastores”. Ele não acredita que a 3ª Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, no México, represente um corte na teologia da libertação e nos movimentos populares (JB, 08/12/1978, p.14).

Ainda no mesmo artigo, sobre a intervenção do Papa, se afirmou:

O teólogo mexicano destacou que a presença do Papa Joao Paulo II na

⁴ Alceu Amoroso Lima foi um pensador católico e intelectual com uma das carreiras mais longas no jornalismo. Além disso, era formado em Direito.

abertura da conferência será moderadora, “tanto na tendência conservadora como das alas muito entusiasmadas com os movimentos populares, o Papa é muito reflexivo, pouco emotivo, viveu um clima difícil, foi acostumado a negociar e não está propenso a enfrentamentos diretos (JB, 08/12/1978, p.14).

Para se ter ideia da dimensão da importância e tensão acerca da conferência que se realizaria em Puebla, Dom Avellar⁵ afirmou em entrevista ao *Jornal do Brasil*:

“Parece até” – [...] “que em Puebla vamos decidir os destinos da Igreja e da humanidade, tal o volume de comentários e aparições que tem sido feitos, o que revela um interesse excepcional por uma conferência que no fundo deve ser marcadamente religioso, pois se trata de uma reunião da Igreja”. (JB, 17/12/1978, p.10)

Dando um rumo final a toda expectativa, o Papa finalmente se pronunciou em relação à Teologia da Libertação. Em uma matéria de destaque no *Jornal do Brasil*, no dia 26 de janeiro de 1979, com o título: “Papa nega a teologia da libertação”. Concluiu:

“A teologia da libertação é uma teoria falsa. Se se começa a politizar a Teologia, já não é mais Teologia”, afirmou o Papa Joao Paulo II, em entrevista a bordo do avião que o levou de Roma à República Dominicana, acrescentando que se trata de uma “doutrina social, um tipo de sociologia e não é uma doutrina religiosa” (JB, 26/01/1979, p.1).

A terceira Conferencia Episcopal Latino-Americana em Puebla aconteceu. E se chegou a conclusão de que “a Teologia da Libertação seria redefinida, e dela extraído os aspectos positivos” (JB, 05/02/1979, p.9). Além disso, também foi lembrada a “opção preferencial pelos pobres”, como destaca a matéria do *JB*:

O documento final da terceira reunião do Celam, destacou a “opção pelos pobres” na ação da Igreja para a América Latina nos próximos anos e, ao assinalar seu apoio ao movimento das comunidades de base e aos direitos humanos, temrinou não condenando, nem tampouco elogiando a controvertida teologia da libertação. Os bispos brasileiros que participaram da reunião divulgaram suas observações sobre o encontro, nas quais afirmaram que a Igreja é cada vez mais a “voz das injustiças sem voz”, na defesa dos direitos individuais e sociais da pessoa. “a par com a denuncia da espiral de violência institucionalizada, subversiva e repressiva” (JB, 14/02/1979, p.1).

Com isso, acreditou-se que a Igreja não iria retroceder na sua prática popular. Tristão de Athayde foi um dos que mantiveram essa esperança, ao afirmar:

Pois o conteúdo do que, sem ser teólogo, penso ser essa teologia, é precisamente o que João Paulo II proclamou no sentido da missão redentora da Igreja em favor do povo, especialmente em seus membros mais explorados

⁵ Dom Avelar Vilela Brandão foi Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil.

e oprimidos em nossa América Latina (JB, 15/02/1979, p.11).

Entretanto, com a passar dos anos, concordando com a obra de Paulo Cesar Gomes, é possível afirmar que a partir da Conferencia em Puebla, a Igreja tomou um rumo conservador. De acordo com o pesquisador:

Na III Celam, ocorrida no inicio de 1979, em Puebla, no México, embora tenha sido aprovada um texto que reforçava o apelo dos bispos pelo estado de direito no Brasil, começou a haver também o refreamento dos ânimos combativos daqueles religiosos mais exaltados. [...] João Paulo II, um declarado anticomunista, adotou uma orientação mais centralizadora para o Vaticano e logo condenou a Teologia da Libertação e seus ideólogos, repreendeu os bispos que a defendiam, censurou publicações e, além disso, subdividiu a Arquidiocese de São Paulo, como forma de diluir sua força (GOMES, 2014, p.77).

No contexto ditatorial vivido naquele período, encontrou-se no *Jornal do Brasil*, um espaço aberto para depreciação da Teologia da Libertação no Brasil. Segundo Maurilio Dantielly Calonga:

Os impressos são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade. O que, invariavelmente, revelam formas simbólicas de luta pelo poder de representar, afirmando-se, com isso, a memória de um grupo ou mesmo de partidos políticos (CALONGA, 2012, p.15).

Portanto, abordar os caminhos que a Teologia da Libertação percorreu ao longo da década 1970 no Brasil a partir do *JB*, é justificável. Segundo Eduardo Prado de Faria “é sabido que o jornal influencia a opinião pública, e que uma opinião pública favorável ou desfavorável influencia as próprias decisões políticas” (FARIA, 2013, p. 15).

Com isso, é possível perceber que o que se combateu naquele período foi qualquer relação que a Igreja poderia ter com as ideias marxistas, pois o anticomunismo naquele período, e até os dias de hoje, era muito forte. A Teologia, que tanto incomodou os setores mais conservadores do clero, foi vista como uma Teologia do Marxismo. Todavia, esta mesma Teologia, que contribuiu para que os leigos na Igreja pudessem ter uma participação mais ativa, que promoveu ideias contrárias ao governo ditatorial vivido no Brasil e em outros lugares da América Latina, foi uma Teologia da Libertação.

Assim, o *Jornal do Brasil* foi um importante lugar de disputa de memória acerca da Teologia da Libertação, revelando o que pensavam os conservadores e progressistas sobre o rumo que a Igreja deveria tomar. Contudo, como a Imprensa não é neutra, o *JB* procurou dar mais ênfase à posição conservadora e contribuiu nesse processo de

construção de memória que se criou da Teologia da Libertação ao longo da década de 1970.

Considerações Finais

A partir do final da década de 1970, a Igreja tomou novamente o rumo do conservadorismo. Mainwaring afirma que “após 1978, quando a abertura política já alcançava certa altura, as relações entre Igreja e Estado melhoraram gradualmente” (MAINWARING, 1989, p.180). Em relação aos movimentos de base, o pesquisador Paulo Cesar Gomes chega à conclusão que: “O fim da ditadura e o fortalecimento do conservadorismo teriam arrefecido o vigor dos bispos mais críticos, com poucas exceções, e também enfraquecido os movimentos de base” (GOMES, 2014, p.77). Além disso, “havia uma preocupação em não transformar a Igreja em uma instituição política, o que poderia representar um risco para sua identidade” (GOMES, 2014, p.77). Entretanto, “a Igreja está em constante interação com o meio em que está inserida e, para defender seus interesses, está sempre se adaptando às condições políticas, sociais e econômicas vigentes” (GOMES, 2014, p.18). Ou seja, a Igreja Católica, ao longo da história, participa ativamente dos conflitos políticos existentes em cada período. Assim, também influencia na construção de pensamento de seus fiéis, tomando partido de determinado grupo, sendo a posição conservadora, normalmente a escolhida.

Assim, a Igreja católica no Brasil foi palco para grande debate entre bispos conservadores e bispos progressistas. Realmente, uma metamorfose, como defende Sandro Ramon Ferreira. Segundo o Perseu Abramo:

É evidente que os órgãos de comunicação e a indústria cultural de que fazem parte estão submetidos à lógica econômica capitalista. Mas capitalismo opera também com outra lógica – a lógica política, a lógica do poder, e aí provavelmente vamos encontrar a explicação da manipulação jornalística (ABRAMO, 2003, p.43).

Em vista disso, a disputa de poder dentro das páginas do Jornal do Brasil foi muito presente ao longo da década de 1970, tendo o JB privilegiado a posição conservadora.

Com isso, é interessante perceber como o JB contribuiu para a construção de uma

memória acerca da Teologia da Libertação, ao longo da década de 1970. Jacques Le Goff afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2013, p.435). Assim, a ênfase maior quase sempre se dava para criticar a Teologia da Libertação, principalmente a partir do momento que o Papa se posicionou em relação a Teologia da Libertação, afirmando que esta era uma falsa Teologia. Isso ocorreu principalmente devido à aproximação das ideias da TL e às análises marxistas, em um contexto onde o anticomunismo era muito presente, sendo assim, inadmissível que uma “esquerdização” da Igreja se intensificasse.

Segundo Fabio Mascarado Querido, o Cristianismo da Libertação (forma como ele se dirigia a Teologia da Libertação): “ainda permanece vivo, embora com algumas modificações em seus temas e preocupações, como a ampliação do conceito de “pobre” visando incluir índios, negros e mulheres, camadas atingidas de forma específica de opressão” (QUERIDO, 2016, p.167).

Michael Pollak afirma que “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p.203), e “um elemento constituinte do sentimento de identidade”(POLLAK, 1992, p.204). Com isso, chegamos a conclusão de que o Jornal do Brasil contribuiu para a construção da memória que se tem da Teologia da Libertação. E essa memória que se construiu foi de perspectiva negativa, culminando em uma vitória da Ala Conservadora no processo de construção da identidade que a Igreja Católica no Brasil buscou encontrar ao longo da década de 1970.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande Imprensa*. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2003.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900- 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador*. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF e Boff, Leonardo e Clodovis. *Como fazer Teologia da Libertação*. 8.ed, Petrópolis, Vozes, 2001.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte histórica?. Comunicação e Mercado/UNIGRAN, Dourados, MS, vol.01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, Nov, 2012. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf>>, Acesso em 14 de abr. de 2019.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FABER, Marcos Emilio Ekman; GOULART, Josiel Eliers; SANTOS, Giovana Inácio dos. Teologia da Libertação: Resistência intelectual nos anos de chumbo. *Revista Historiador*. Número 02, Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>> , acesso em: 1 abr. 2019.

FARIA, Eduardo Prado de. A imprensa diária como fonte de pesquisa na História.

Pergaminho (4); 10-15, dez, 2013, disponível em: < file:///C:/Users/User/Downloads/A%20imprensa%20%20di%C3%A1ria%20como%20fonte%20de%20pesquisa.pdf >. Acesso em: 14 abr. 2019.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *1964: O golpe que derrubou um Presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUTIÉRREZ, Gustavo. A força história dos pobres. Petrópolis: Vozes, 1981. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Brasil Republicano: o tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 8.ed, Rio de Janeiro, civilização brasileira, 2017. apud, , 1981. p.123.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7.ed. Campinas, Unicamp, 2013.

LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo, Cortez, 1991.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. 2.ed, São Paulo, Contexto, 2015.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

QUERIDO, Fabio Mascarado. *Michael Lowy: Marxismo e crítica da modernidade*. 1.ed, São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *Teologia da libertação: Revolução e reação dentro da igreja*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: < www.historia.uff.br/stricto/td/924.pdf >. Acesso em: 27 mar. 2019.

VALÉRIO, Mairon Escoari. Historiografia da Teologia da Libertação e questão dos países assimétricos. *Fronteiras*, Dourado, MS, vol. 14, n 25, 2012. p. 161-181. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1729-7961-1-PB.pdf >. Acesso em: 10 de abril de 2019.